

O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE AS DIRETRIZES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 2015 E 2019?

MARIA CLARA SILVA AZEVEDO¹; ALINE GONÇALVES DE MOURA²;
LEONARDO PINHEIRO DE ANDRADE³; JOANA LEMOS RIOS⁴; CELIANE DE
FREITAS RIBEIRO⁵; SIMONE GONÇALVES DA SILVA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – mariaclarazevedo931@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – alinegdemoura@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – leonardop.deandrade@yahoo.com.br

⁴Universidade Federal de Pelotas – jojorios85@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – celianedefreitasribeiro@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte do projeto de pesquisa, em andamento, “Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação): redes políticas e efeitos na formação docente”. A pesquisa está vinculada ao grupo de pesquisa CEPE: Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente da FAE/UFPEL.

Neste estudo, objetiva-se mapear as pesquisas realizadas sobre a formação de professores desde a incidência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores instituída pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) através da Resolução CNE/CP 2, de 1º/07/2015 e da recente Resolução CNE/CP 2, de 20/12/2019, a qual define as novas DCN para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Preocupa-se em analisar a produção científica a partir dos documentos supracitados, ao discutir os debates de disputa que envolvem as elaborações das políticas curriculares de 2015 e 2019, bem como também possibilita contribuir com os estudos teóricos dos temas relacionados à pesquisa em andamento.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa de abordagem qualitativa tem como base a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento (KOLHS-SANTOS; MOROSINI, 2021; MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021). Segundo Santos e Morosini (2021), o Estado do Conhecimento como uma metodologia possibilita “conhecer o estado corrente de determinado tema, auxiliando na escolha ou delimitação de objetivos e temáticas de estudos emergentes sobre uma área ou campo científico”.

Metodologicamente, o levantamento da produção procurou seguir as fases constitutivas do Estado de Conhecimento, tais como: i) escolha das fontes de produção científica; ii) seleção dos descritores; iii) organização do *corpus* de análise; iv) identificação e seleção das fontes; v) construção das categorias analíticas; vi) considerações acerca do campo e do tema de pesquisa (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um primeiro movimento iniciou-se a leitura dos documentos oficiais que orientam a formação de professores as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), respectivamente, a Resolução nº 2 de 1 de Junho de 2015 e a Resolução nº 2 de 20 de Dezembro de 2019. Após, delimitaram-se as palavras-chaves, os descritores, para a busca de artigos que discutem esses documentos.

Seguidamente, utilizou-se os periódicos da CAPES para a busca das produções científicas que possuem como centralidade a problematização dos documentos oficiais já mencionados. Nesta direção, foram empregados os seguintes descritores: "resolução" AND "2/2015" AND "formação de professores"; "parecer" AND "02/2015" AND "formação de professores"; "resolução" AND "2/2019" AND "formação de professores"; "parecer" AND "22/2019" AND "formação de professores". A tabela a seguir demonstra o quantitativo de trabalhos encontrados:

DESCRITOR	QUANTIDADE DE ARTIGOS
"resolução" AND "2/2015" AND "formação de professores"	43
"parecer" AND "02/2015" AND "formação de professores"	28
"resolução" AND "2/2019" AND "formação de professores"	6
"parecer" AND "22/2019" AND "formação de professores".	4
Total	81

Tabela apresentando os resultados obtidos pelo método utilizado. Fonte: Os autores.

Cabe dizer que perante a pluralidade de trabalhos, foi necessário estabelecer a delimitação da produção para compor a base de dados da pesquisa porquanto os artigos tinham que ser em português. Portanto, para corresponder ao objetivo proposto nesta pesquisa, iniciou-se a leitura de todos os títulos e resumos e foram selecionados os artigos que possibilitassem o entendimento das discussões relativas às diretrizes de formação de professores, resultando em 19 artigos. Parte-se do pressuposto que “a predileção pela leitura e análise dos resumos das produções científicas, se dá mediante ao fato de que, estes, apresentam um arcabouço acadêmico e descrevem, de forma sucinta, o objetivo, metodologia e resultados alcançados” (SANTOS; MOROSINI, 2021).

Na sequência as produções selecionadas foram organizadas em duas planilhas conforme os anos das resoluções, a planilha referente a 2015 com 14 artigos e a de 2019 com 5 artigos. Nas planilhas foram inseridas as informações extraídas dos artigos, tais como: local de busca; descritor; referência; título; referência; *link* para download do documento completo; resumo em português. Ao ter como base o levantamento foram produzidos fichamentos para auxiliar na

interpretação e categorização e a posterior reflexão que contribui com as análises e aprofundamentos dos estudos desenvolvidos no projeto.

Neste movimento analítico os textos que se referem a resolução de 2/2015, destacam: a contribuição da didática em uma perspectiva crítica como um componente curricular; a direção de uma nova concepção de formação docente com dinâmicas formativas fundamentadas na relação entre teorias e práticas docentes reflexivas e críticas. Também, destaca-se a articulação entre formação inicial e continuada e valorização profissional dos docentes de modo orgânico. O documento apresenta uma concepção de formação profissional que pode ser considerada como um modo de resistência e superação da compreensão de profissão presente nos documentos publicados anteriormente.

Porém, cabe mencionar que alguns textos apresentam as limitações e os desafios enfrentados por essa resolução. Apesar de consideráveis avanços, a produção das diretrizes está inserida no contexto da relação de trabalho produzida em uma sociedade capitalista neoliberal. De tal modo, que a noção de qualidade entra em disputa, entre elas a dita qualidade definida pelas avaliações que serve aos compromissos neoliberais, o que implica no processo de regulação dessa qualidade no sentido avaliatório. Neste contexto, as diretrizes para formação de professores perde força pelos desdobramentos das demais políticas educacionais destinadas à avaliação, à organização curricular e aos programas de formação de professores.

Os textos que tomam como análise a resolução de 2/2019 apresentam um posicionamento crítico sobre a aprovação das novas DCN, principalmente pela instituição da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação). Tal documento servirá de referencial para os cursos de licenciatura pautados na noção de competências que convergem com a materialização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destinada à Educação Básica. Tem-se uma padronização curricular com o estabelecimento de padrões de aprendizagem ao mesmo tempo que se configura enquanto um mecanismo de controle da ação docente pelos processos de mensuração nas avaliações standardizadas. A formação proposta busca consolidar a prática do professor, aquela que vincula os conhecimentos, os saberes e os conteúdos em direção a uma relação de utilidade e produtividade, bem como uma visão instrumental da didática. Uma concepção de formação docente sustentada pela racionalidade técnica de cunho neoliberal.

Em síntese, vale registrar que esses documentos oficiais foram elaborados para orientar a formação de professores no nível superior. Com relação a resolução de 2/2015 envolve toda uma a construção histórica realizada junto aos cursos de licenciatura ao mesmo tempo que representa um grande avanço na proposta de formação docente no contexto brasileiro. Em contraposição, a resolução de 2/2019 representa um grande retrocesso para os cursos de licenciatura, ao reforçar a necessidade de atrelar a Base Nacional Comum (BNCC) a formação de professores, trazendo consigo a lógica pragmática e utilitarista da prática pedagógica e curricular docente.

4. CONCLUSÕES

Reitera-se que objetivo do estudo, aqui proposto, consistiu em apresentar o levantamento da produção científica sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação de professores instituída pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) através da Resolução CNE/CP 2, de 1º/07/2015 e da recente

Resolução CNE/CP 2, de 20/12/2019, no âmbito das políticas curriculares destinadas à formação docente. Com base nos pressupostos da metodologia do Estado do Conhecimento, as produções científicas analisadas proporcionam debates muito profícuos para compreender os estudos das políticas educacionais e dos saberes e práticas na formação de professores enquanto um campo de disputa. Envolve a disputa pelas decisões e implementação das políticas públicas educacionais, pelas pautas educacionais, pelas concepções de formação de professores e pela perspectiva das práticas pedagógicas e curriculares.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de julho de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 02/2019, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em março de 2022.

KOLHS-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. O Revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica Online**, 33, 2021. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. ; NEZ, E. Estado de Conhecimento: a metodologia na prática. **HUMANIDADES & INOVAÇÃO**, v. 8, p. 69-81, 2021.